

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 1

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
 Ilvanete dos Santos de Souza
 Ismael Santos Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0710-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.102222511</p> <p>1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Ismael Santos Lira

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENOMENO SOCIAL: UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA	
Oscar Edgardo N. Escobar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225111	
CAPÍTULO 2	14
AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO COMPLEXO DE EDGAR MORIN PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Giulliana Pacheco	
Solange Teresinha Seibel	
Maristela Rosso Walker	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225112	
CAPÍTULO 3	22
A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: BREVES RELATOS HISTÓRICOS, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E PRINCIPAIS DESAFIOS NA ATUALIDADE	
Luiz Alberto Rocha de Lira	
José António Marques Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225113	
CAPÍTULO 4	38
INTERVENCIÓN UNIVERSITARIA PARA EL FORTALECIMIENTO DEL CAPITAL SOCIAL	
Jorge Narciso España Novelo	
Geovany Rodríguez Solís	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225114	
CAPÍTULO 5	51
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES	
Ismael Santos Lira	
Ilvanete dos Santos de Souza	
Américo Junior Nunes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225115	
CAPÍTULO 6	60
AS PRINCIPAIS PATOLOGIAS CAUSADORAS DE BAIXA VISÃO EM UMA UNIDADE EDUCACIONAL ESPECIALIZADA A PARTIR DA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA VISUAL	
Ronald Cristovão de Souza Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225116	
CAPÍTULO 7	72
ANDROCENTRISMO E DESIGUALDADE DA MULHER NA SOCIEDADE	
Cláudia Ramos de Souza Bonfim	

Marcus Vinícius Vital Córdova
 Marielly Barbosa
 Hellen Henfrill Ribeiro dos Santos
 Stefani Penha Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225117>

CAPÍTULO 886

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE ACERCA DO USO DE COPOS DESCARTÁVEIS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) CAMPUS VII/UNEB

Felix Augusto do Carmo Silva
 Gabriella Eldereti Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225118>

CAPÍTULO 996

A VIII OLIMPÍADA DE FILOSOFIA NESEF/UFPR E A FORMAÇÃO FILOSÓFICA

Raquel Aline Zanini
 Edson Teixeira de Rezende
 Mayco Aparecido Martins Delavy

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1022225119>

CAPÍTULO 10..... 104

LA PEDAGOGÍA DE NEE EN ESTUDIOS SOCIALES Y CONTABILIDAD PARA LA SALUD SOCIAL Y FINANCIERA

Doris Esther Saltos Morales
 Doris Cecibel Gómez Pesantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251110>

CAPÍTULO 11116

A MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PORCENTAGEM A PARTIR DO COTIDIANO DOS ESTUDANTES

Vanessa Bezerra
 Raquel Angela Speck
 Denis Rogério Sanches Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251111>

CAPÍTULO 12.....141

A MASSA DE MODELAGEM COMO RECURSO COLABORATIVO AO ENSINO DE FRAÇÕES

Audrey Rodrigues dos Santos Dias
 Alice Assis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251112>

CAPÍTULO 13..... 148

ANÁLISI DE LA DEMANDA DEL PROGRAMA DE LICENCIATURA EN

ADMINISTRACIÓN EN LA UAN CAMPUS TEPIC, EN HORARIO NOCTURNO

Arnulfo García Muñoz
 Héctor Manuel Martínez Ruiz
 Ignacio Maldonado Bernal
 Juan Pedro Salcedo Montoya
 Ricardo Gómez Álvarez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251113>

CAPÍTULO 14..... 157**A IMPORTANCIA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Patrícia Aparecida da Silva Sales
 Eliane Portalone Crescenti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251114>

CAPÍTULO 15..... 169**IMPORTANCIA DE QUE LOS ALUMNOS DEL NIVEL SUPERIOR DESARROLLEN POTENCIALIDADES QUE FAVOREZCAN SU FUTURO ÉXITO PERSONAL, PROFESIONAL Y EMPRESARIAL. CASO FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y ADMINISTRATIVAS EXTENSIÓN SINALOA DE LEYVA**

Juan Miguel Ahumada Cervantes
 Cuauhtémoc Romero Sánchez
 Lenin Orlando Salcido Bastidas
 Rubí Cervantes Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251115>

CAPÍTULO 16..... 179**A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DOS PROFOP - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Marcelo Pereira de Oliveira
 Helena Midori Kashiwagi da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251116>

CAPÍTULO 17..... 201**APRENDIZAJE + SERVICIO: EXPERIENCIA EN TRES COMUNIDADES PRÁCTICA INTEGRADA 2- ACCIÓN COMUNITARIA, PROMOCIÓN DE LOS APRENDIZAJES**

Mónica Palacios Tolvett
 Alejandra Lagos Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251117>

CAPÍTULO 18..... 214**APONTAMENTOS SOBRE A EJA: ANÁLISE DO FLUXO DE VAGAS E O ACESSO NO RS, INTERFACES DE UM PERÍODO DE NEGAÇÃO DE DIREITOS**

Giselda Mesch Ferreira da Silva
 Mariglei Severo Maraschin

Priscila Rostirola Ritzel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251118>

CAPÍTULO 19.....236

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES E/OU TRANSTORNOS DE APRENDIZAGENS

Whilma Miranda de Sousa Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251119>

CAPÍTULO 20250

A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Jarlisse Nina Beserra da Silva

Maritânia dos Santos Padilha

Ana Paula Almeida Ferreira

Jackson Ronie de Sá-Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251120>

CAPÍTULO 21.....263

A APRENDIZAGEM E O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI UM MAPEAMENTO DOS SITES BRASILEIROS QUE SE DEDICAM À HISTÓRIA GERAL

Sergio Roberto Holloway Escobar

Maria do Carmo Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251121>

CAPÍTULO 22268

A ALFABETIZAÇÃO NOS PRIMEIROS ANOS

Joyce Cruz Dias

Josiane Regina Evangelista de França

Terezinha Souza de Oliveira Maciel

Ozeni Souza de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10222251122>

SOBRE OS ORGANIZADORES275

ÍNDICE REMISSIVO277

APONTAMENTOS SOBRE A EJA: ANÁLISE DO FLUXO DE VAGAS E O ACESSO NO RS, INTERFACES DE UM PERÍODO DE NEGAÇÃO DE DIREITOS

Data de aceite: 01/11/2022

Giselda Mesch Ferreira da Silva

Doutoranda do Programa de Pós Graduação da UFSM; Mestra em Educação pela UNIPAMPA - Campus Jaguarão; psicopedagoga institucional; pedagoga; orientadora educacional de turmas de EJA do Ensino Fundamental no município de Uruguaiana - RS

Mariglei Severo Maraschin

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Franciscano, especialista em Gestão pelo Centro Universitário Franciscano, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Priscila Rostirola Ritzel

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica- PPGEPT pelo CTISM/ UFSM no município de Santa Maria-RS, sendo administradora e pós-graduanda na área da Gestão Escolar e de Recursos Humanos

de oportunidades a todos e todas. Para realização deste estudo, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, levando em consideração dados como a oferta escolar para a modalidade EJA no RS, analisando e relacionando dados de oferta das esferas estaduais e municipais dentro do estado do RS, no período compreendido entre 2014 e 2021, quando da homologação das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação que previa importantes diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos. Emergiram questões pertinentes à taxa de analfabetismo que manteve-se estagnada, sem apresentar redutibilidade considerável nesta década educacional, marcada pelo PNE. Os resultados da análise dos dados mostram que boa parte dos estudantes da EJA enfrentaram uma série de dificuldades ao longo da vida que os fizeram abandonar os estudos. Dentre as causas do abandono subjacentes estão as condições precárias do acesso, às necessidades da busca ao sustento das famílias pelos responsáveis e ao mesmo tempo aos educandos, as dificuldades de acesso aos dispositivos de acompanhamento para as aulas virtuais e, ao próprio distanciamento entre os conteúdos e o cotidiano dos estudantes e isso não foi diferente neste período

RESUMO: Este estudo tem como foco principal realizar apontamentos sobre a oferta/redução de vagas na modalidade EJA no RS e o quanto a restrição da oferta inviabiliza a construção de uma sociedade

pandêmico iniciado em março de 2020. O estudo revelou que a oferta de vagas teve uma redução de 68,3%, entre 2018 a 2021, em escolas estaduais do RS e de 29,32% nas escolas municipais do estado, o que não se apresentou de outra maneira a nível de país que teve uma diminuição de 34% na oferta da modalidade. A pesquisa faz emergir um debate imprescindível de construção de políticas públicas para a modalidade de EJA, pois há um vasto número de estudantes a serem atingidos neste campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: EJA; Pandemia; Oferta na EJA; Matrículas e Acesso à EJA.

1 | INTRODUÇÃO

O Transformação - Grupo de Pesquisas sobre Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional, da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPQ (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/293024>), sob a coordenação da Professora Doutora Mariglei Severo Maraschin¹, desde 2016, preocupa-se em levantar estudos e pesquisas acerca da Educação Profissional em suas diferentes etapas e modalidades de ensino.

Tendo como eixo de pesquisa a modalidade Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica - EJA EPT, bem como demais estudos que envolvam a referida modalidade, as pesquisadoras, devidamente cadastradas no referido grupo, em reunião de estudos levantaram a preocupação com a queda das matrículas nas instituições escolares, sejam estas na esfera municipal como estadual, no Estado do Rio Grande do Sul.

Durante um dos encontros semanais surge o debate e a necessidade de conhecer as ofertas de vagas, bem como as matrículas realizadas nos últimos anos no ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos, na última década, no Estado do RS, dando ênfase no período pandêmico provocado pelo COVID-19.

A necessidade emerge porque algumas educadoras que participam do grupo e trabalham na modalidade EJA deixam evidente a sua preocupação com a diminuição de estudantes, nos últimos anos, nas escolas em que trabalham, apontando que a esfera estadual tem fechado a oferta em algumas escolas, em especial nas cidades que residem. Desta forma, buscou-se organizar um trabalho que apresentasse as prováveis causas da diminuição da oferta e procura na referida modalidade, ao mesmo tempo que faz um parâmetro entre as ofertas em âmbitos estaduais e municipais no Estado do RS.

Tendo os Estados, conforme a LDB e Constituição Federal em seu Artigo 211, atuação “prioritariamente no **ensino fundamental** e médio (grifo nosso), bem como os municípios em igual forma no ensino fundamental e educação infantil, como está, na prática tal competências?

¹ Atualmente é líder do grupo Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e faz parte do Kairós/UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação de jovens e adultos, PROEJA, trabalho pedagógico, investigação-ação, aprendizagem e gestão escolar. Ver lattes: <http://lattes.cnpq.br/4397982308559255>.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, reconhecida como modalidade de educação recém na década de 1990, quando da proclamação da nova LDB 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já marcava espaço em outras épocas e momentos da nossa educação brasileira. Mesmo com todos os revezes que a educação jesuítica pudesse configurar à cultura dos então habitantes do Brasil à época, é sabido que ali, nas missões jesuíticas, já aconteceram os primeiros registros de alfabetização de jovens e adultos (STEPHANOU, 2005). Desde então, a educação de jovens e adultos vêm sendo configurada de forma a atender “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996.).

Com a força considerável dos movimentos sociais, estabelecida durante o período nebuloso do regime militar no Brasil, muitas pautas ganham visibilidade, como é o caso do direito à educação. Estes são reconhecidos como “expressão de uma ação coletiva e decorrem de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2010, p. 14) e abrem caminhos para a educação de qualidade a jovens e adultos, por ter “demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações” (GOHN, 2010, p. 14). Tais redes se entrelaçam para garantir o que então às políticas públicas não asseguravam: garantia de acesso e aprendizagem a todos e todas, independente de credo, raça, classe social ou orientação sexual.

É no decorrer da abertura democrática, pós regime militar, que muitas demandas sociais foram aos poucos, com muita luta e resistência, conquistadas e se percebe que a escolaridade como “direito público subjetivo” (BRASIL, 1996) começa a tomar corpo na sua totalidade. Todavia, nos deparamos nos últimos anos com uma redução significativa da busca de matrículas nos bancos escolares das turmas de EJA, conforme apresenta o gráfico a seguir:

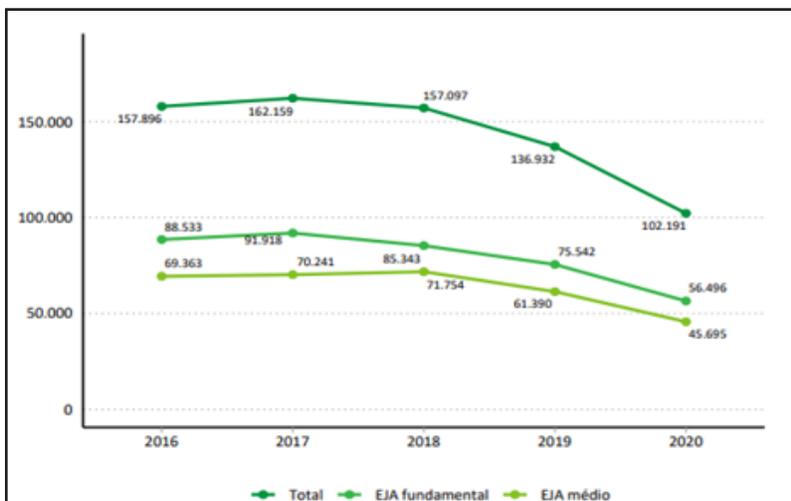


Figura 1: Matrículas na EJA, no Brasil - Período de 2016 a 2020.

Fonte: Inep 2020, p. 30.

O gráfico aponta para uma queda de 35,3% nas matrículas de EJA, entre os anos de 2016 a 2020, tendo o ensino fundamental registrado 25,2% e o ensino médio 25,6% de redução de matrículas de 2019 a 2020. Elucidar as razões que marcam essa queda, em especial no estado do RS, é o mote deste artigo. Pairamos nosso olhar, enquanto pesquisadoras, também no período pandêmico da COVID-19, buscando apurar como as comunidades educativas, que atendem a modalidade EJA, configuraram seu trabalho pedagógico para atender os/as estudantes, bem como as relações das escolas com os/as estudantes nesse período.

Destarte, apontar a modalidade EJA, tendo como foco principal a redução na oferta/procura durante o necessário isolamento social, sugerido pelos órgãos de vigilância sanitária como medida para barrar as infecções pelo vírus SARS-CoV-2², bem como as maneiras encontradas pelas unidades escolares para manter o vínculo e realizar seu trabalho a contento, tem a marca deste trabalho que inicia fazendo uma breve historicidade da modalidade EJA no Brasil e, logo em seguida apresenta os aportes metodológicos de produção de dados do estudo. Na próxima parte do texto apresentamos os sujeitos que buscam os bancos escolares da referida modalidade, bem como a situação da modalidade nos dias atuais. Encaminhando para o encerramento do trabalho, realizamos apontamentos sobre os dados produzidos, frisando a importância em investir na modalidade EJA se quisermos iniciar um processo de resgate de uma dívida impagável com os/as excluídos/as deste país.

2 SARS-CoV-2: **vírus** da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada **Covid-19**. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como "novo coronavírus". (BUTANTAN).

2 | HISTORICIDADE DA EJA NO BRASIL

Como já afirmamos, as missões jesuíticas, no Brasil colônia, foram pioneiras no que se refere a alfabetização de jovens e adultos. Mesmo tendo a intenção de catequizar os nativos, capturando-os a seu credo e religião, os padres jesuítas tiveram suma importância ao dedicar tempo para o letramento dos povos que habitavam o Brasil, nos idos do Século XVII. Tendo a pretensão clara de disseminar a fé católica, os jesuítas acreditavam ser “preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS 2005, p. 261) e assim o fizeram até serem expulsos das missões por eles organizadas.

Com a derrota dos jesuítas e indígenas pelos espanhóis e portugueses nas Guerras Guaraníticas, as missões foram destruídas e os espaços destinados a catequização/alfabetização deixaram de existir (GOLIN, 1999), ficando os nativos soltos e sem educação, visto ser esta ser restrita às classes dominantes à época. É Strelhow (2010) quem esclarece:

A Companhia Missionária de Jesus tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes (p. 51).

Muitas outras constituições que antecederam a atual, proclamada em 1988, não foram suficientes para contemplar a educação como direito universal, em especial aos jovens e adultos. Alguns programas e projetos deram conta de atender, de certa forma, aos analfabetos/as como o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado durante a ditadura militar no Brasil. O MOBREAL surgiu logo após a experiência exitosa do educador Paulo Freire com a alfabetização de jovens e adultos³. Considerado como risco a ordem que pretendia ser instaurada no Brasil, Paulo Freire é exilado e o MOBREAL surge como alternativa à educação popular desenvolvida por Freire. No entanto, com este movimento “O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico.” (REFUFELS, apud NISKIER, 1989, p. 371).

Surfando a onda da alfabetização como ato solidário (STEPHANOU; BASTOS, 2005) e não como direito social, os sistemas “S”⁴, iniciados na era Vargas, e com apoio financeiro

3 Ver Instituto Paulo Freire, os 50 anos de Angicos.

4 “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”. Fonte: Agência Senado.

do governo federal, amparado na CF de 1988, executam um trabalho de alfabetização e preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, unicamente.

Somente, a partir da abertura política, com a proclamação da Constituição Federal de 1988 e da promulgação da LDB, de 1996, a educação ganha caráter de direito. Nesse sentido, tem a Educação de Jovens e Adultos espaço conquistado e começa a galgar caminhos para atender a uma demanda reprimida por tantos anos de exclusão e discriminação.

3 | A PRODUÇÃO DE DADOS DO ESTUDO

O aporte metodológico que fundamenta este trabalho tem como arcabouço elementos quali-quantitativos dentro de uma pesquisa bibliográfica. A articulação dos dois processos de produção de dados: o qualitativo aliado ao quantitativo são possíveis de acontecer, pois “as quantificações fortalecem os argumentos e constituem indicadores importantes para análises qualitativas” (GRÁCIO; GARRUTTI, 2005, p. 119).

Conectar, em estudos educacionais as duas abordagens, qualitativa e quantitativa, requer do/a pesquisador/a atenção especial a todos os elementos produzidos durante a pesquisa, pois ambas as abordagens, na ótica de Gatti (2004, p. 4): “podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado”.

Sendo assim, analisamos dados quali-quantitativos de periódicos, revistas, documentos legais e, principalmente, plataformas educacionais federais e estaduais, do Ministério de Educação e INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira buscando trazer para a análise as matrículas de estudantes da EJA, a partir do ano de homologação da Lei Nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação até o atual momento, ano de 2021. O ano que marca o PNE foi escolhido, pois o referido plano traz metas para erradicar o analfabetismo como foco principal no que tange a alfabetização da população brasileira, além de outras metas pertinentes à referida modalidade.

Nosso objetivo foi compreender, quantitativamente, o número de vagas disponíveis e quantos estudantes ingressaram nas vagas da EJA no Estado do RS, bem como as razões que pautam o número da oferta. Buscamos responder como estes/as estudantes foram atendidos/as no decorrer da pandemia e em quais espaços houve essa acolhida. Miguel Arroyo chama a atenção sobre os sujeitos da EJA e sua diversidade afirmando que as trajetórias desses jovens e adultos são “trajetórias coletivas de negação de direitos, de exclusão e marginalização; conseqüentemente a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente negados (2017, p. 30).

De posse dos dados, analisamos a política pública existente na disponibilidade das vagas e o impacto causado no que se refere a desigualdade social instalada no momento pandêmico.

4 | A EJA NOS DIAS ATUAIS: DAS METAS DO PNE A DURA REALIDADE DOS DADOS

O Plano Nacional da Educação - PNE - aprovado em junho de 2014, traz logo no Art. Nº 2, inciso I, como diretriz a “erradicação do analfabetismo” e no inciso III “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação”. O Plano Nacional está fundamentado no Art. 214 da Constituição Federal (1988) que prevê que seja uma lei:

de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Sendo coerente ao princípio que trata da erradicação do analfabetismo, encontramos no PNE, as metas:

8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional

O cenário político da implementação do PNE foi bastante perturbador com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Conforme Freitas (2018):

Ainda não temos uma teorização acabada que possa dar conta das mudanças pelas quais passou o país mais recentemente, culminando com o golpe jurídico-parlamentar em 2016 que afastou a coalizão do PT do poder, mas pode-se dizer que 2016 representa um momento de inflexão na política brasileira, não por acaso com o apoio incondicional do PSDB e do antigo PFL, agora DEM – sem contar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de cujas fileiras era o vice-presidente na coalizão PT-MDB, elevado pelo golpe à condição de presidente da República em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. (p. 10).

Não obstante, o novo presidente a assumir a presidência da República no lugar de Dilma Rousseff, Michel Temer, promulga a Emenda Constitucional Nº 95 que institui, dentre outros feitos, um regime fiscal que congela em vinte (20) anos os investimentos públicos, tornando ainda mais caótica a situação da dívida pública no país (FATORELLI, 2016). Nesse sentido Mariano (2016) nos alerta:

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de

1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico (p. 262).

Nessa esfera política, encontra-se a EJA, já tão desacreditada pelos governos e a última a ingressar nas agendas políticas educacionais. A situação do analfabetismo é delicada, segundo afirma a pedagoga Eliodete Bezerra, doutoranda em educação, dedicada a pesquisas sobre a EJA :

Temos no Brasil um quadro assustador sobre a Educação, de maneira geral, e mais ainda sobre a EJA. No ano de 2018, nosso país apresentava um número de 11,3 milhões de analfabetos, correspondendo a 6,8% de uma população de pouco mais de 166 milhões de pessoas acima de 15 anos, de acordo com o IBGE. Embora o Brasil venha registrando queda na taxa de analfabetismo, essa redução está em ritmo bem lento.(2020)

Para aprofundar o debate acerca das ofertas à EJA do ensino fundamental, em especial no RS, analisamos dados do INEP a partir de 2014 até o presente momento, onde nos deparamos com os seguintes dados:

Âmbito	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Escolas Municipais	1.459.383	1.365.792	1.245.117	1.293.065	1.254.944	1.208.541	1.103.369	1.175.750
Escolas Estaduais	570.907	503.634	566.667	589.536	567.874	456.069	392.254	311.120
TOTAL	2.030.290	1.869.426	1.807.784	1.882.601	1.822.818	1.664.610	1.495.623	1.486.870

Tabela 1: Matrículas EJA - EF 2014 a 2021 - Rede Municipal e Estadual no Brasil.

Fonte: Pesquisadoras com base em dados do INEP.

O gráfico acima mostra um paralelo entre as matrículas oferecidas, no país, entre o poder municipal e a esfera estadual. Já no gráfico abaixo, aproximamos a lupa e focamos no estado do Rio Grande do Sul, ou seja, apresentamos, dentro do RS, a matrícula realizada para a EJA na rede municipal e na rede estadual. Aqui fica nítido o quanto os municípios do RS, não diferente dos demais estados, oferecem uma oferta maior em se tratando a modalidade estudada. O que mais chama a atenção é o quanto o declínio da oferta na rede estadual vem crescendo ao longo da década da educação. Entretanto, o aumento foi significativo no período pandêmico, tendo uma queda de 68,3% na rede estadual entre os anos de 2018 a 2021 e na rede municipal o índice ficou em 29,32%, o que já é um número suficientemente preocupante.

Âmbito	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Escolas Municipais	38.069	36.306	35.533	34.998	35.315	31.735	27.125	24.960
Escolas Estaduais	33.767	32.830	33.322	32.397	31.099	24.927	14.795	9.859
TOTAL	71.836	69.136	68.855	67.395	66.414	56.662	41.920	34.789

Tabela 2: Matrículas EJA - EF 2014 a 2021 - Estado do RS, entre as escolas estaduais e as municipais.

Fonte: pesquisadoras com base em dados do INEP.

Com base nos dados produzidos foram organizados gráficos que mostram o que foi a matrícula da EJA, nesta década, a partir do ano de 2014.

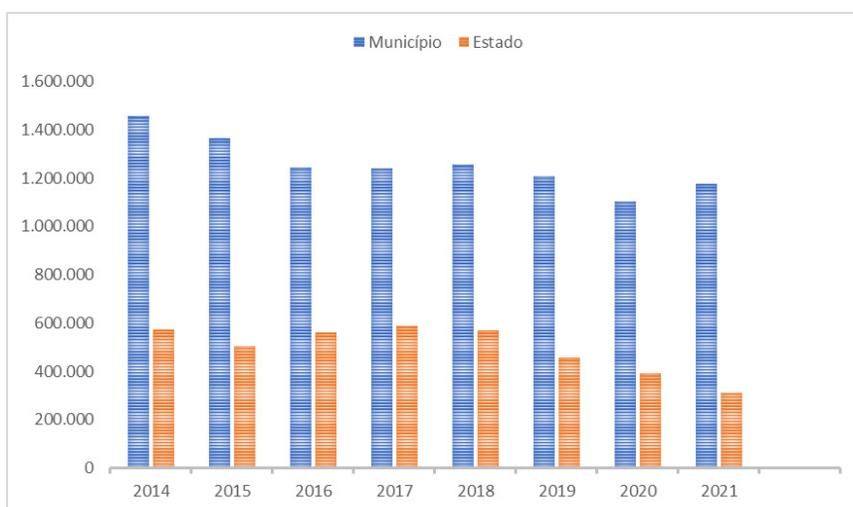


Gráfico 1: Matrículas EJA, EF, de 2014 a 2021, no Brasil.

Fonte: As pesquisadoras

No gráfico 1 é visível a discrepância em se tratando da oferta de matrículas, no Brasil, entre as esferas estaduais e municipais. No gráfico 2, logo abaixo, conforme o foco da pesquisa, mostramos os dados quantitativos da oferta da EJA, no estado do RS, entre o poder municipal e o poder estadual.

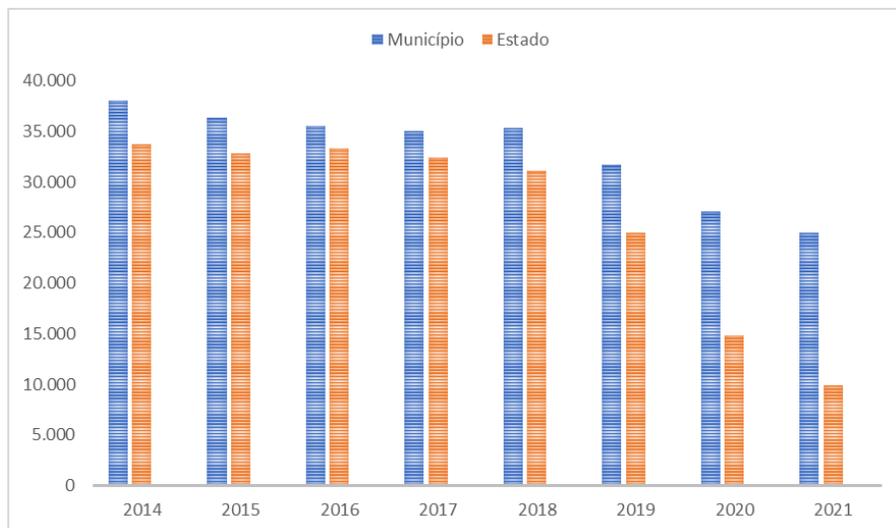


Gráfico 2: Matrículas EJA, EF, de 2014 a 2021, no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: As pesquisadoras

Aliado à falta de oferta encontramos a redução de escolas que atendem a modalidade EJA. Na figura abaixo (ver figura 1), apresentamos tal redução. Segundo os dados do INEP, entre 2009 a 2018 houve fechamento de escolas e turmas da modalidade EJA de uma forma geral no Brasil, exceto no Distrito Federal que apresentou uma alta de 8,8%.

O Rio Grande do Sul, segundo os dados postos na figura, apresentou um corte de 14,7% nas escolas para a modalidade EJA, sendo o segundo na região, perdendo para o Estado do Paraná que teve uma redução de 18,9% no número de unidades escolares com a referida modalidade ofertada.

Brasil perde um terço da oferta de EJA

Só o DF aumentou nº de escolas com EJA do fundamental

Variação 2009 a 2018 (%)

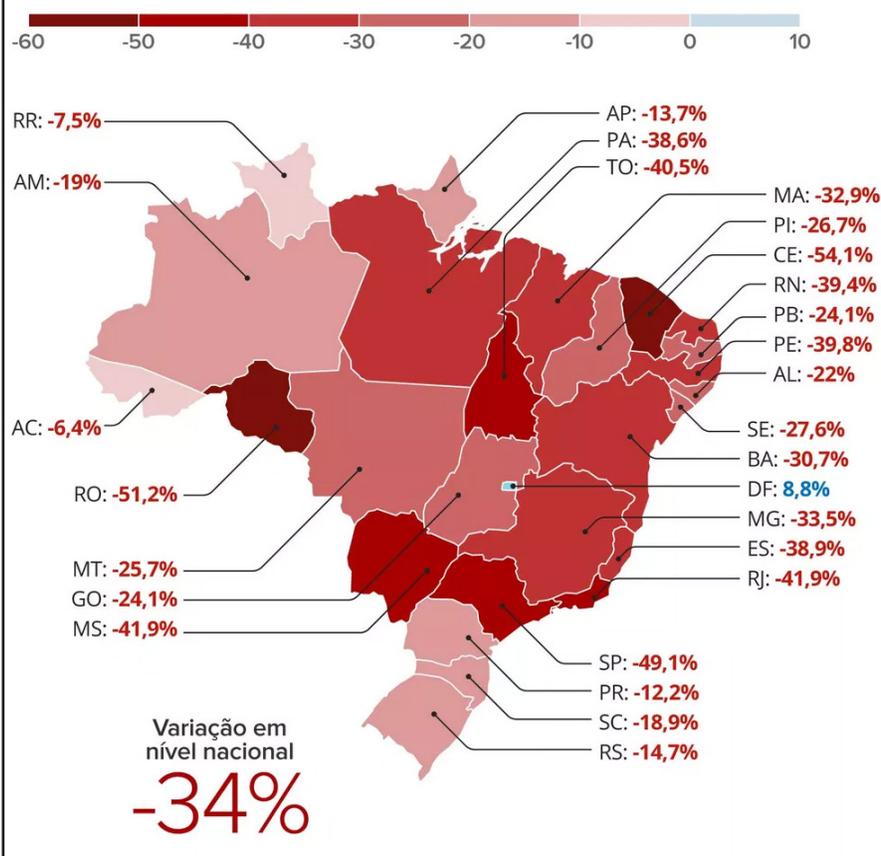


Figura 1: Queda no número de escolas que oferecem a modalidade EJA - Brasil (2009 a 2018)

Fonte: INEP/Microdados do Censo da Educação Superior (2009 e 2018), 2019.

Mesmo o RS sendo um dos estados brasileiros com o menor índice de analfabetismo (ver figura 2), a taxa está longe de ser erradicada, como almeja o PNE, principalmente devido à redução de oferta nos últimos anos, bem como de políticas públicas para a modalidade.

Conforme o IBGE, o RS é o 3º estado a figurar entre a lista de estados que apresentam um índice reduzido de analfabetos. Mesmo assim, é um número estarrecedor, se pensarmos que 281 mil cidadãos gaúchos não têm ou não tiveram acesso a escolarização. Como pesquisadoras na área da educação, sonhamos com este número de analfabetismo zerado, pois sabemos que, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

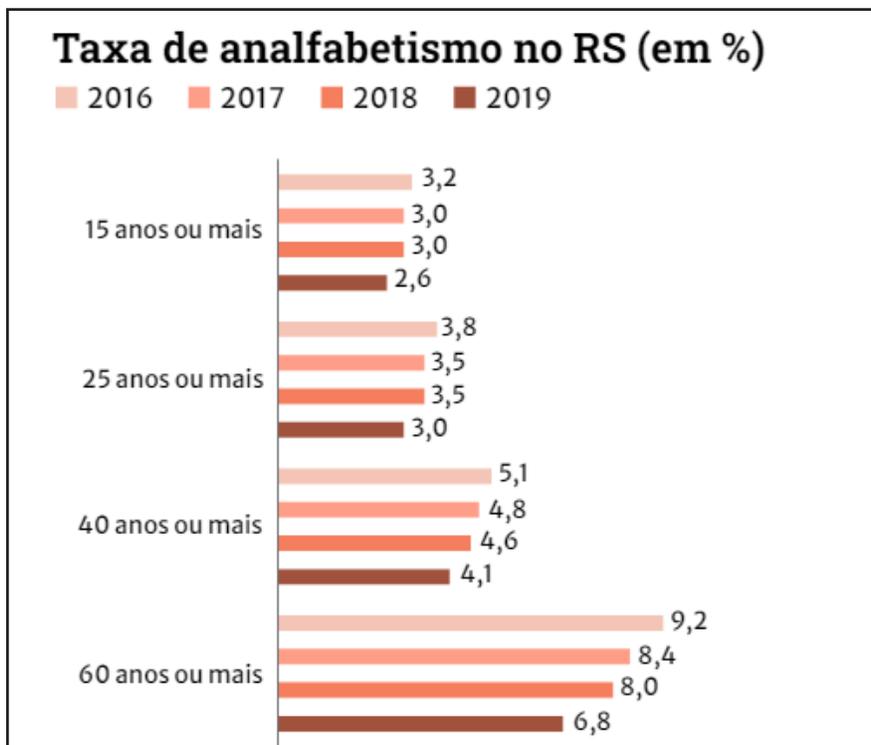


Figura 2: Taxa de analfabetismo no RS de 2016 a 2019.

Fonte: PNAD Contínua Educação, 2019.

É necessário entender quem são esses jovens e adultos para viabilizar um trabalho educativo coerente com suas necessidades e peculiaridades. Eles devem ser vistos como estudantes trabalhadores, com direito de se apropriarem daquilo que é a função da escola: a socialização do saber sistematizado, garantido a todos, conforme nos afirma Arroyo (2017):

Os adolescentes, jovens, adultos trabalhadores que vêm do trabalho para a educação não carregam apenas os valores, saberes, identidades de suas vivências pessoais de lutas por trabalho. Desde crianças são herdeiros dos valores, da consciência, das identidades de classe trabalhadora. Das famílias trabalhadoras. Do pai trabalhador e da mãe trabalhadora que lhes passaram os valores do trabalho, de lutas por direitos. Há um traço marcante nas identidades coletivas dos jovens-adultos que lutam pela educação: saberem-se trabalhadores, trabalhadoras. Membros de famílias da classe trabalhadora, com experiências brutais de trabalho infantil e adolescente, à procura da titulação exigida para inserção no trabalho, submetidos a trabalhos informais ou rejeitados no trabalho formal porque sem titulação escolar. (p 6-10)

Vivenciamos o momento na pandemia onde as escolas públicas fecharam e, sem estrutura para dar suporte aos educadores e educandos, não conseguiram atender a rede pública de ensino, por meio do uso das tecnologias digitais, com aulas on-line ou ensino

remoto, de forma eficiente e com a qualidade necessária. No caso da EJA, ficou ainda mais complicado porque os estudantes que moram em localidades que não possuem provedores de internet ou, quando existe, é de qualidade baixa, sendo, portanto, de difícil acesso aos moradores. Há casos também que tem o provedor, mas os estudantes e os professores não possuem condições financeiras de ter a internet em suas casas. São muitas variáveis que inviabilizam a EJA, ficando assim nítida a desigualdade social instalada e sentida neste período.

5 | QUEM SÃO OS SUJEITOS DA EJA?

As pesquisadoras repousaram a lupa, com cuidado, sobre o público alvo da educação de jovens e adultos. Enfim, quem são os sujeitos que buscam a referida modalidade? E, sabendo que o número de analfabetos no Brasil passa da casa dos 11 milhões (IBGE, 2019), onde estão e por que não buscam as escolas para concluírem a sua escolarização e/ou alfabetizar-se?

A exposição dos dados no gráfico da figura 3 e 4 retrata uma pauta de relevante e necessário debate, sendo ele fundamental para que possamos de fato garantir o acesso e permanência dos estudantes das instituições de ensino e especificamente, dos estudantes jovens e adultos, oportunizando a educação para os diferentes em percursos sociais e humanos e uma segunda oportunidade de estudo e (re)colocação no mundo do trabalho (Arroyo, 2017).

Para ilustrar a importância de pensarmos a garantia de direitos do público da modalidade de educação de jovens e adultos, o autor supracitado pondera que a diversidade da EJA tem permitido inovações, bem como a inserção de teorias e práticas pedagógicas que não tiveram boa aceitação no ensino regular, o que demonstra que a Educação de Jovens e Adultos vem caminhando rumo à um ensino transformador que ao mesmo tempo qualifica e emancipa, de caráter crítico, autônomo e progressista os educandos

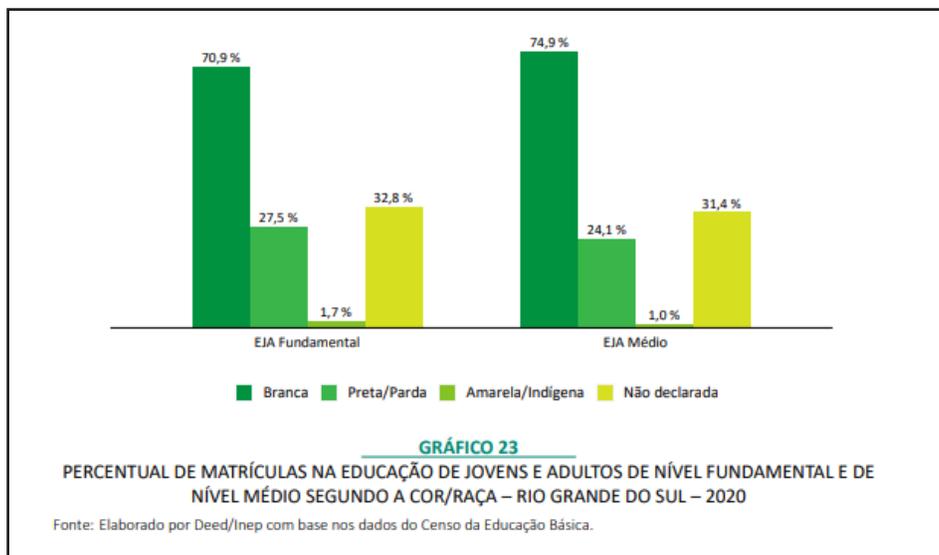


Figura 3: Matrículas na EJA segundo a cor/raça.

Fonte: Inep 2020, p. 32.

Enquanto na figura 3, vislumbramos um público, na EJA, em grande maioria branca em detrimento a um reduzido número de estudantes que se autodeclararam de raça preta/parda, nos questionamos onde esses sujeitos estão, o que fazem que não procuram a escola ou serão estes já alfabetizados/escolarizados? No mesmo gráfico, um dado chama deveras a atenção: o índice alto de educandos que não declararam a sua cor/raça. O que esse dado dialoga? O debate deste índice sugere um novo estudo, o qual não se dedica a este trabalho. No entanto, nos inquieta tal número e nos perguntamos: está a escola a fazer o necessário debate acerca da autoimagem e/ou autoidentificação racial ou há algum controverso nas pesquisas realizadas que envolvem a temática raça/cor? A historiadora e pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística, Gabriele dos Anjos questiona as categorias cor ou raça utilizadas pelo IBGE, sugerindo que tal expressão “promoveria uma negação da ‘negritude’ e dificultaria a criação de uma identidade comum entre os ‘não brancos’” (DOS ANJOS, 2013, p.104), encaminhando para o que a pesquisadora chama de “branqueamento das repostas”.

O IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, datada no ano de 2019, registra que a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre os negros. Sendo assim, há uma incoerência, e grande, no público que frequenta os bancos escolares da educação de jovens e adultos. Asseguramo-nos nas condições precárias de vida que este público passa para entender sua ausência na escola. Como corrigir esta injustiça se não com políticas educacionais que assegurem a este público, escolas e espaços públicos para a sua escolaridade?

Outrossim, não é a diminuição e fechamento de turmas e escolas, como apresentamos ao longo do artigo, que resultará numa correção a esta questão tão despropositada.

Ainda quanto ao público da EJA, nos deparamos com a figura 4, logo a seguir, que nos apresenta ser a maioria dos sujeitos dessa modalidade, entre 20 e 29 anos, o público mais jovem, do gênero masculino. Quando a régua corre para a faixa etária acima dos 30 anos, encontramos mais mulheres do que homens na EJA. Segundo pesquisa apresentada no II Congresso Internacional de Educação Inclusiva - II CINTEDI, intitulada “A inserção da mulher na modalidade EJA”, os pesquisadores FERNANDES et al (2016), destacam:

“Todavia, as carteiras das salas de aulas estão sendo ocupadas por essas mulheres que em algum momento das suas vidas não enxergou condições para continuar seus estudos e desejam alcançar seus sonhos, um dia esquecidos. Para isso, a Constituição Federal Brasileira que está vigorando atualmente assegura a igualdade de gênero dentro das escolas. Porém, infelizmente esse não é o verdadeiro cenário da educação. (p.02)

Sem a pretensão de levantarmos tal debate, abrimos um parêntese para dizer que o gráfico é frio ao apresentar tão somente o gênero masculino e feminino, ou seja, não há referência a transexuais e mais ainda, não há amostra de público conforme a opção sexual. Enfim, está contemplado no quadro abaixo (figura 4) a identidade dos sujeitos? Não. Ainda há muita discriminação ao não apresentar esses dados. A escola, por conseguinte, também reluta em fazer esse debate, visto haver um número significativo de estudantes que abandona a escola por discriminação e preconceito devido a sua orientação sexual (MOREIRA, 2012).

Talvez seja ainda mais discriminatório apresentar em gráfico o público da EJA por orientação sexual. No entanto, levantamos a questão para lembrar que este é um problema enfrentado na escola e um dos motivos para o abandono, portanto, não podemos desconsiderá-lo, como muito bem resume Moreira (2012):

“Infelizmente a pesquisa mostra que uma quantidade significativa de pessoas abandonam os estudos, mesmo que não seja por conta do preconceito quanto a sua orientação sexual, mas outros motivos acabam fazendo com que as mesmas acabam evadindo a escola, porém é nítido na pesquisa que **existe sim uma homofobia dentro das instituições de ensino**, quando se observa que 56% das pessoas já sofreram alguma forma de agressão (física, moral ou ambas) dentro das escolas, e outro dado que comprova isso é a última questão que mostra que 22% das pessoas continuam estudando mesmo sofrendo alguma forma de preconceito por sua orientação. (grifo nosso) (p. 09).

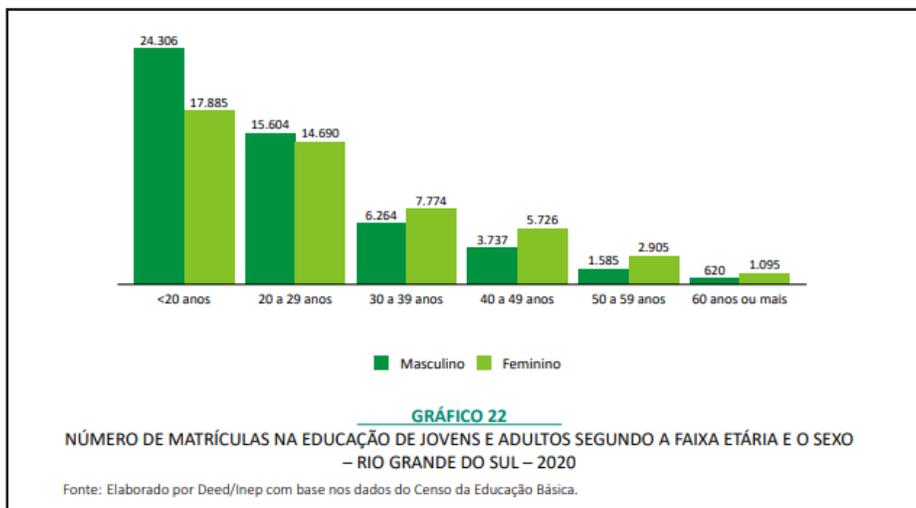


Figura 4: Matrículas na EJA segundo a faixa etária e o gênero

Fonte: Inep 2020, p. 31.

Deixamos nossa reflexão: quem está pensando a educação de jovens e adultos em nosso país? Não tem como fazer educação pública e de direito sem articular com políticas da igualdade social e políticas de educação e trabalho, inclusive como estratégia de retomada pós-pandemia.

6 I APONTAMENTOS SOBRE OS DADOS PRODUZIDOS

Ao analisarmos o problema levantado: apontamentos sobre a oferta/redução de vagas na modalidade EJA no RS, buscamos discutir dados disponíveis para compreender a realidade da EJA no Estado do RS. Percebemos que não são somente os dados assustadores de diminuição de escolas e matrículas, mas encontramos, em primeira mão, um vasto silêncio sobre esta modalidade na política nacional, bem como nas atuais discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Tal negação na própria base que fundamenta o currículo educacional da EJA tem alguma influência na decisão dos governos em descartar o acesso aos sujeitos que precisam da EJA? Para PIERRO (2017, p. 10) “à desconexão dos currículos com as necessidades de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos” apontam para um grande retrocesso e pode ter consequências nas matrículas para a modalidade.

A autora Maria Clara Di Pierro, em entrevista à Revista Época, reproduzida pela Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional - ABRELIVROS, em sua página oficial, destaca algumas hipóteses para a diminuição das matrículas na EJA, visto, não ter, segundo a pesquisadora, uma “resposta cabal” a esta problemática.

A primeira delas tem a ver com o mercado de trabalho. Durante o período em que a economia e as taxas de emprego cresceram, o mercado absorveu mão de obra mesmo com baixa qualificação, segundo dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Ou seja, **a pressão no mercado de trabalho não estaria operando em favor das pessoas retomarem o estudo**. Se for essa a lógica, deveremos verificar um aumento da procura por matrículas nos próximos anos, já que o mercado de trabalho está mais seletivo. (grifo nosso).

A segunda hipótese apontada pela autora é a falta de uma cultura de direito à educação ao longo da vida, ou seja, há uma obrigatoriedade aos estudos dos 4 aos 17 anos previsto em legislação específica vigente no país, o que não ocorre aos jovens e adultos, desobrigando os governos, de certa forma, a uma política efetiva a essa faixa etária.

Há uma terceira hipótese abarcada por Di Pierro que seria “a inadequação da política pública, a começar pelo financiamento insuficiente”. Para a pesquisadora, “apesar de a EJA estar incluída no Fundeb, ela tem o mais baixo fator de ponderação, ou seja, é a que menos recebe recursos do financiamento”. Estaria aqui a motivação do fechamento de escolas e turmas? Com poucos recursos os governos preferem fechar, cortar, diminuir ao invés de investimento?

A última hipótese destacada pela referida autora diz respeito ao trabalho pedagógico das escolas frente a esta modalidade que recebe trabalhadores/as cansados após um longo dia de trabalho. Ela argumenta:

O quarto grande eixo de hipótese tem a ver com a qualidade da EJA. (...) Eles têm dificuldade em compatibilizar trabalho e escola. Ainda mais onde se perde muito tempo com deslocamentos. Além disso, quais as ofertas de estudo disponíveis? Escolas somente noturnas, com carga horária rigorosa e currículo escolar. **O currículo dialoga muito pouco com a cultura e com a necessidade de formação desse perfil de estudante**. Enquanto alguém quer terminar os estudos para fazer um curso técnico, outro quer estudar para acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos na escola ou para ler a bíblia. Um modelo de oferta de educação que reproduz a escola da criança e do adolescente não os atrai. (grifo nosso)

Mais uma vez voltamos a BNCC que, se organizada de forma a contemplar a EJA poderia tratar deste aspecto deveras importante e necessário: que currículo para quais sujeitos? O currículo precisa atender às peculiaridades dos sujeitos que procuram a EJA. No entanto, em algumas situações o currículo dá as costas a seus estudantes e não leva em consideração seus anseios, perspectivas e realidade, como retrata Loch (2009):

Muitas vezes (os alunos da EJA) não alcançam o que desejam porque na EJA os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles, distantes das suas realidades e necessidades. A EJA deve constituir-se, assim como espaço acolhedor, instigando-lhes a criticidade e não visando apenas à formação técnica / profissionalizante. Justifica-se assim (...) ser condizente e fornecer-lhe o acesso ao conhecimento e a cultura. (p.25).

Para a educadora Di Pierro (2016) a necessidade da EJA vai muito além de atender

o mercado de trabalho, serve para “acelerar o desenvolvimento do país”, e principalmente “para a formação da cidadania”, razão maior da educação.

Diante desta proposta, inclina-se que a escola no contexto atual busque desempenhar sua função com eficiência, oferecendo um ensino qualificado e significativo, valorizando os estudantes da EJA, cujas peculiaridades e realidades vivenciais desafiam na desistência dos estudos antes de terminar o prazo, ou então, não conseguem aprender em tempo hábil. Atuação na docência em EJA exige do educando uma formação fundamentada em princípios teóricos relacionados à prática, ancorados em relações entre o conteúdo curricular e o envolvimento com a aplicação direta, assim relacionando o educando com a atividade proposta futura, criando um elo onde ele, o educando sintá-se responsável pela conquista desta formação e que esta será valiosa para a sequência da sua jornada.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao versar um artigo analisando dados quantitativos do fluxo das vagas e o acesso na modalidade EJA, em especial no Rio Grande do Sul, não imaginávamos que os números seriam tão expressivos, como apontou a tabela 2, página 10, deste documento. A redução de oferta/turmas/matricula para a modalidade EJA pelo governo do estado do RS, nos períodos de 2018 a 2021 de 68,3% nos deixou apreensivas. Mesmo em menor índice, o fato repetiu-se com as prefeituras municipais do RS que diminuíram em 29,32% as escolas que oferecem a referida modalidade.

Percebe-se a forte influência da pandemia na Educação como um todo, mas na EJA torna-se desolador. No início da pandemia do novo Coronavírus no Brasil em março de 2020 e o fechamento das escolas, houve uma grande preocupação com a Educação Básica principalmente nas escolas públicas em todo país. Nessa ocasião, algumas instituições ainda não haviam iniciado as aulas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. A solução encontrada para resolver o problema foi a implementação das aulas remotas emergenciais e a partir dessa decisão, surgiram vários questionamentos em relação à precariedade estrutural das escolas públicas, que não acompanham o desenvolvimento da tecnologia. Assim, assistimos, através dos meios de comunicação, a triste realidade enfrentada pelos Estados e Municípios ao tentar dar continuidade às aulas para a população que depende do ensino público em meio à pandemia. No desenvolvimento e na produção dos dados da pesquisa identificamos a redução assustadora na oferta, pelo poder público, da Educação de Jovens e Adultos, trazendo a resposta da dificuldade instalada em nossa educação para esta modalidade.

O que está provado é que as ferramentas digitais são importantes fontes de pesquisa e interação entre escola, professores e estudantes e que a educação, atual e a do futuro, contará cada vez mais com elas. Surgiu aí uma evidência com a utilização destes dispositivos eletrônicos, sendo a agilidade na comunicação ao mesmo tempo que a

limitação geográfica de acesso não esteve mais presente como barreira de aprendizagem. O que se espera é que essa experiência possa despertar a atenção e conscientização do poder público para a realidade das escolas públicas em todo país. Se as aulas remotas constituem um problema para a população mais jovem que normalmente tem facilidade de manejo com os equipamentos eletrônicos, imaginem para os sujeitos educandos/as da EJA, adultos ou idosos, que têm pouca familiaridade com as novas tecnologias.

A fim de valorizar e levantar a autoestima destes acadêmicos que sofrem com a desigualdade social e participam da EJA, como única possibilidade de estudo na maioria das vezes, busca-se ampliar o horizonte de entendimentos e expectativas dos educandos. Esta não é uma tarefa fácil, pois falar de temas como acesso a informação de forma igualitária com dispositivos tecnológicos, numa perspectiva de novas construções e expectativas sociais, a partir do olhar e do reconhecer-se como eixo social pertinente da desigualdade, mexe com as certezas que eles carregam. O objetivo da EJA em tratar desse tema é para que os discentes possam compreender que conhecimento diz respeito ao modo como nossa sociedade entende o papel da formação e da construção do saber fazer e o quanto essa relação tende a ser engessada pela política.

Portanto, enquanto pesquisadoras denunciamos o total abandono da EJA, a redução de turmas e a urgência de pensar um trabalho pedagógico crítico aos estudantes trabalhadores. Precisamos criar estratégias para uma contínua política de EJA, analisar nossa historicidade, negar políticas privatistas e de educação a distância para a EJA. A pandemia provou que EJA e ensino remoto não combinam.

Necessitamos nos unir aos movimentos sociais na luta contra a desigualdade, a negação dos direitos e a precarização dos empregos. Somente com a conquista de uma política pública sensata, eficiente e acima de tudo inclusiva para a educação em geral, e no caso deste artigo, em particular a EJA, poderemos vislumbrar um horizonte onde as desigualdades possam ser vencidas e a educação seja prioridade de fato.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. **A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais.** Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2934#:~:text=Tendo%20analizado%20como%20esse%20indicador,cor%20ou%20ra%C3%A7a%20pelo%20IBGE.&text=IBGE%3B%20cor%20ou%20ra%C3%A7a%3B%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas>. Acesso em 31 Mar. 2022.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2017.

BEZERRA, Eliodete. **Os desafios da EJA durante a pandemia.** Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/os-desafios-da-eja-durante-a-pandemia/>; 2020. Acesso em: 06 Mar. 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação e Cultura. **RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015**; 2014. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em 24 Jan. 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação e Cultura. **CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013. RESUMO TÉCNICO**; 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 24 Jan. 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Censo escolar 2016**; 2016. Disponível em http://abed.org.br/arquivos/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 24 Jan. 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação e Cultura.. **Censo escolar 2018**; 2018. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2019/apresentacao_coletiva_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em 24 Jan. 2022.

BRASIL. **LDB**. Lei N° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://mec.gov.br>> Acesso em: 21 Jan. 2022.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_rio_grande_do_sul_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em: 21 Jan. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei N° 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de educação – PNE e dá outras providências; 2014. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 25 Jan. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 26 Jan. 2022.

DI PIERRO, Maria Clara. **Maria Clara Di Pierro: “Perdemos 3,2 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos”**; 2016. Disponível em: <https://abrelivros.org.br/site/maria-clara-di-pierro-perdemos-3-2-milhoes-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos/>. Acesso em: 07 Mar. 2022.

DI PIERRO, M. C. (Coord.). **Centros públicos de educação de jovens e adultos no estado de São Paulo**. São Paulo: FEUSP, 2017.

FATORELLI, Maria Lucia. **Você está sendo roubado pela PEC 241**. São Paulo: Portal Andes, 2016. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-78710891.pdf>>. Acesso em: 26 Jan. 2022.

FERNANDES, Caroline; NASCIMENTO, Pedro Henrique Luna; SILVA, Welida Tamires Alves da; OLIVEIRA, Maria Janaína de; FERREIRA, Kaline Rosário Morais. **A INSERÇÃO DA MULHER NA MODALIDADE EJA**; 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA14_ID174_01092016175013.pdf. Acesso em: 06 Mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guarânica**. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750- 1761). Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

GRÁCIO, M. M. C.; GARRUTTI, É. A. **Estatística aplicada à educação**: uma análise de conteúdos programáticos de planos de ensino de livros didáticos. Revista de Matemática e Estatística, São Paulo, v. 23, n. 3, p.107-126, abr. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD. 2019. Disponível em IBGE | Portal do IBGE | IBGE. Acesso em 06 Mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD. 2021. Disponível em IBGE | Portal do IBGE | IBGE. Acesso em 21 Jan. 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. **Qual a diferença entre o SARS-CoV-2 e COVID-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade?** Disponível em www.butantan.gov.br. Acesso em 21 Jan. 2022.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Os 50 anos de Angicos e Programa Nacional de Educação**. Disponível em: <http://angicos50anos.paulofreire.org/>. Acesso em: 24 Jan. 2022.

LOCH, J.M.P. et al. EJA: **Planejamento, metodologias e avaliações**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MARIANO, Cymara Monteiro. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017

MOREIRA, Yan Faria. **Saindo do armário e da escola**: índices e causas de evasão de indivíduos não heterossexuais das instituições de ensino; 2012. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/gepss/article/view/3873/3088>. Acesso em: 06 Mar. 2022.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500-2000. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 19 Jan.2022.

SENADO FEDERAL. **Sistema S**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em 24 Jan. 2022.

STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. **História e memórias da educação no Brasil** - Século XX. Petrópolis, Vozes, 2005.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. In: Revista HISTEDBR On-line. N.38, Campinas, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>. Acesso em: 24 Jan. 2022.

A

Acesso à EJA 215

Alfabetização 33, 122, 125, 126, 138, 144, 216, 218, 219, 220, 236, 245, 246, 247, 255, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275

Alunos 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 107, 150, 155, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178

Androcentrismo 72, 73, 74, 77, 83, 84

Aprendizagem filosófica 97, 98, 99

Asperger 104, 105, 111, 112, 113, 114

Atención 104, 112, 113, 114, 205

Avaliação da eficiência visual 60, 63, 66, 69

B

Baixa visão 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Base nacional comum curricular 22, 26, 27, 34, 126, 142, 147, 160, 167, 229, 248, 252, 260, 261

C

Capacitação 34, 179, 186, 272

Capital social 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 82

Complexidade 4, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 32, 125, 128, 134, 164, 183, 186, 261

Copos descartáveis 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Criança 55, 77, 82, 124, 140, 157, 161, 162, 163, 166, 230, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 269, 271

Currículo 25, 56, 57, 97, 98, 109, 147, 174, 179, 180, 187, 229, 230, 261, 262, 272

D

Desarrollo de potencialidades 170, 174, 175, 176

Deserción escolar 148, 152

Desigualdade de gênero 73

Dificuldades de aprendizagem 54, 56, 57, 127, 163, 236, 242, 243, 246

Docentes 17, 22, 23, 24, 28, 36, 39, 57, 98, 104, 106, 107, 108, 109, 118, 121, 137, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 186, 188, 191, 198, 203, 210, 212

E

Educação 1, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 70, 71, 72, 73, 75, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 147, 158, 161, 162, 163, 167, 168, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Educação filosófica 97, 102

Educação infantil 97, 98, 167, 168, 182, 195, 215, 250, 251, 252, 259, 260, 261, 262, 268, 273, 274

Educação matemática 33, 51, 52, 53, 58, 59, 116, 138, 139, 275, 276

Educação matemática inclusiva 51, 52, 53, 58, 59

Educación 37, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 105, 107, 115, 169, 170, 172, 173, 174, 177, 202, 207, 211

EJA 116, 117, 119, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234

ENEM 263, 264, 265, 266

Ensino 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 93, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 225, 226, 228, 231, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 245, 247, 249, 263, 264, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Ensino aprendizagem 116, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 130, 133, 135, 137, 187, 242, 249, 276

Escuelas 41, 45, 169, 170

F

Formação de professores 14, 17, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 34, 36, 37, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 179, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 198, 199, 200, 275

Frações 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

H

Hiperactividad 104, 113

Historia 39, 95, 104, 115, 172, 263, 266

Horario nocturno 148, 149, 155

I

Impactos ambientais 86, 89, 93, 195, 196, 198

Infância 12, 83, 99, 166, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262

Interdisciplinaridade 14, 16, 17, 18, 21

J

Jogos 82, 147, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

Letramento 140, 218, 236, 245, 246, 247, 248, 274, 275

Licenciatura en administración 148

Lúdico 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 242, 248

M

Machismo 72, 73, 79, 80, 84

Matemática 33, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 90, 110, 113, 116, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 147, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 185, 192, 198, 234, 271, 275, 276

Material dourado 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Matrículas 52, 58, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 227, 229, 230, 233

Meio ambiente 1, 2, 6, 19, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 179, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 198, 240

N

Necessidades educacionais específicas 51, 52, 53

O

Oferta na EJA 215

Olimpíada de Filosofia 96, 97, 98, 100, 102, 103

Organizaciones 38, 202

P

Pandemia 99, 215, 217, 219, 225, 229, 231, 232, 272, 274

Patologias 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Práticas pedagógicas 53, 54, 117, 124, 128, 139, 141, 226, 239

Preservação 86, 88, 92, 93, 94, 181, 184, 185, 193

Professores 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 91, 92, 98, 100, 118, 123, 124, 128, 134, 136, 137, 159, 160, 161, 166, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 226, 231, 237, 238, 239, 242, 245, 247, 248, 258, 266, 272, 275, 276

R

Regime colaborativo 22

Relação com o saber 116, 127, 136, 138

Revisão bibliográfica 14

S

Sociabilidade humana 1, 11

Sociedades primitivas 1, 4

T

transtorno 55, 243, 247

Transtorno 67, 243, 248

U

Universidade Aberta de Portugal 22

Universidade Aberta do Brasil 22, 23, 33, 35

Universidades 18, 22, 24, 33, 34, 38, 49, 81, 170, 173

W

Webometria 263, 264, 265

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2022

Vol 1

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2022

Vol 1